

Para Sergei Soares, pesquisador do Ipea, há 'buracos na colcha' social

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Um dos autores do estudo para mudar programas, ele diz que benefício universal pode estender proteção a 17 milhões de crianças. RIO - Embora seja considerado um programa bem-sucedido, o Bolsa Família pode ser aperfeiçoado, na avaliação de especialistas. Para o pesquisador do Ipea Sergei Soares, um dos autores da proposta, o formato reduziria o que ele chama de "buracos" na "colcha de retalhos" que se tornou o sistema de proteção social.

— Nossa proteção social não é um cobertor curto. A gente bota muito dinheiro nisso. Como a gente gasta tanto com transferências sociais e tem uma desigualdade tão alta? Em grande medida, porque boa parte desse gasto é ruim: é mal focalizado, fragmentado, tem sobreposições e lacunas. Em vez de ser um cobertor curto, é uma colcha de retalhos. Com buracos grandes e outras partes grossas demais — define Soares, que assina o trabalho com Letícia Bartholo e Rafael Osorio.

Atualmente, das 52 milhões de crianças no país, 17 milhões não são cobertas por qualquer tipo de benefício social. Desse total, 70% estão na metade mais pobre da população, segundo o estudo. A criação de um benefício universal para crianças e adolescentes, como propõe o Ipea, acabaria beneficiando também famílias ricas, mas acabaria com esse hiato.

Soares acrescenta ainda que a decisão também ajudaria a garantir apoio à proposta, ao mitigar as perdas para a classe média.

— Uma coisa importante é a economia política disso. É gerar uma coalizão que a defenda. Se você diz para a classe média: 'você está fora', a tendência é ficar em um debate por mais recursos e não se consegue avançar. Se você deixa a classe média dentro, você consegue uma coalizão virtuosa de apoio ao programa — explica Soares.

A pesquisadora Letícia Bartholo acrescenta que há ainda mais uma razão para optar por um benefício universal: a possibilidade de que crianças fiquem rapidamente em situação vulnerável.

— Em decorrência da volatilidade de renda muito alta, é possível que crianças que estão na faixa dos 30% mais ricos da população estejam, daqui a dois meses, nos 30% mais pobres. Até que a família tenha um benefício focalizado para a pobreza, vai demorar quatro meses. Durante esse período, a família está sem nada. Com o benefício único para a criança, a gente resolve esses hiatos temporais de atendimento — pontua Letícia.

'Pobreza muda toda hora'

O trabalho mostra que muita gente recebe mais de um tipo de auxílio. O Ipea calcula que 15,4 milhões de pessoas recebem, ao mesmo tempo, abono salarial e salário-família, por exemplo.

Um dos criadores do Bolsa Família, Ricardo Paes de Barros, economista-chefe do Instituto Ayrton Senna e professor do Insper, também vê espaço para mudanças nos programas de transferência, mas não considera o benefício universal uma boa saída.

— O sucesso do Bolsa Família depende de que ele seja aperfeiçoado. A ideia de um Bolsa Família

imutável é incompatível com uma pobreza que muda toda hora — diz o especialista. — Qualquer benefício universal pode ser melhorado ao ser focalizado. Um benefício universal não vai ajudar em nada uma parcela da população.

Paes de Barros defende que, antes de se pensar em uma ampliação do programa, sejam aperfeiçoados mecanismos de controle. Segundo relatório da Controladoria-Geral da União (CGU), os pagamentos indevidos do Bolsa Família somam R\$ 1,3 bilhão, por causa da subdeclaração de renda. O economista defende melhor uso do Cadastro Único para identificar o rendimento real das famílias.

O economista também vê problemas nas mudanças no abono salarial. Ele observa que a gratificação deve ser encarada como um incentivo ao trabalho formal de profissionais com salário mais baixo, e não como um benefício contra a pobreza. Portanto, discorda da ideia de que o critério para ter acesso ao programa passe a ser a renda familiar.

— O abono é uma coisa completamente diferente. Se você recebe um salário baixo, é preciso um incentivo a trabalhar. Não se quer aumentar o salário mínimo, porque isso faria com que quem emprega pague mais caro. Então, eu (Estado) pago o aumento do seu salário, isso é o abono. Pago solitariamente pelo governo. Isso estimula a pessoa com baixo salário a trabalhar e não aumenta o custo do empregador.

O ponto em que pesquisadores concordam é sobre a necessidade de integrar melhor o sistema de proteção. O diretor da FGV Social, Marcelo Neri, que foi presidente do Ipea e ministro de Assuntos Estratégicos, considera positiva a criação de uma rede mais integrada de benefícios:

— O Bolsa Família é muito bom, mas no público dele. No Brasil, como os programas foram criados em diferentes momentos, formou-se uma espécie de Frankenstein. Algumas pernas, como o Bolsa Família, funcionam, mas talvez falte um cérebro.